

## Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negreiro no século XIX

Os homens que dominaram o *odioso comércio* a partir de 1820 eram, na sua maioria, recém-chegados que não tinham desempenhado qualquer papel relevante na época do tráfico legal. Para além de ter lançado um anátema moral sobre todos os que se envolvessem em práticas negreiras, a era abolicionista trouxera consigo novas condições de risco e de lucro potencial que levaram ao afastamento dos investidores tradicionais, abrindo a porta a aventureiros insensíveis à *causa da humanidade* e atraídos pela promessa de ganhos desmesurados<sup>1</sup>. Instalados no Rio de Janeiro ou na Baía, em Havana ou Nova Iorque, os corifeus do tráfico ilícito construíram fortunas cuja aparente dimensão inflamava a imaginação popular. Alguns, como Julian Zulueta ou Manuel Pinto da Fonseca (talvez o mais bem sucedido traficante de africanos da década de 1840), protagonizaram percursos meteóricos, arribando a Cuba ou ao Brasil com parques haveres e acumulando, num curto intervalo de meia dúzia de anos, plantações, riquezas, influência política, por vezes títulos de nobreza. Outros seguiram trajetórias lentas e sinuosas, começando pelos elos mais difíceis e penosos da cadeia, como capitães dos

---

\* Centro de Estudos Africanos e Asiáticos (IICT).

<sup>1</sup> O investidor tradicional contentava-se, aparentemente, com lucros diminutos. Na segunda metade do século XVIII o lucro médio do tráfico inglês não chegaria aos 10% e o dos tráficos francês e holandês seria ainda menor (cf. Roger Anstey, *The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760-1810*, Londres, The MacMillan Press, 1975, pp. 46-57). No século XIX, pelo contrário, era frequente ouvir falar em lucros mirabolantes. Seriam, muitas vezes, exageros dos abolicionistas, interessados em ampliar a dimensão do mal que combatiam. De toda a forma, os dados disponíveis e os estudos já realizados permitem afirmar que os lucros do comércio negreiro durante a era abolicionista terão sido duas a sete vezes maiores do que haviam sido em Setecentos, chegando a ultrapassar os 300% (v. David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1987, pp. 139 e 269 e segs.).

*tumbeiros* ou, como mais frequentemente acontecia, como agentes das casas escravistas na pestífera costa africana, e subindo depois, a pulso, até se tornarem líderes notórios do tráfico transatlântico<sup>2</sup>.

No seu conjunto, esses líderes constituíam o lado mais visível e próspero do tráfico, aquele em torno do qual se forjou a imagem literária e popular do comércio negreiro como receita infalível de enriquecimento rápido (para quem não tivesse escrúpulos que o inibissem de lucrar com o sofrimento alheio). Mas existiam, claro está, outros sectores menos proeminentes e um reverso da medalha que prometia perdas, em vez de lucros. O empreendimento escravista estava então na vanguarda da modernidade, recorrendo aos mais sofisticados meios de comunicação e de financiamento, operando (ou podendo operar) de uma forma complexa — nomeadamente através de sociedades com accionistas espalhados por vários países — e apoiando-se numa rede de participantes que se estendia da Europa à África e às Américas. Cada uma das malhas dessa rede envolvia gente com funções e objectivos diferentes que, desde o rei negro vendedor de escravos até ao plantador americano que os utilizava, se constituía numa infinidade de intermediários e coniventes — mercadores na costa africana, autoridades coloniais subornadas que permitiam a exportação ou importação de escravos, marinheiros que os transportavam através do Atlântico, e por aí fora — que actuavam no circuito escravista.

Em cada uma das malhas da rede havia naturalmente percursos de sucesso e de desaire. Contudo, a biografia dos implicados no tráfico negreiro, sobretudo a dos implicados fracassados ou daqueles cujo sucesso foi apenas moderado e fugaz, é geralmente desconhecida e não muito fácil de fazer, à míngua de documentação. Por norma, e como era de esperar, os traficantes escondiam as suas práticas ilícitas, não publicitavam os aspectos sórdidos e moralmente condenáveis das suas vidas, não escreviam memórias gabando-se dos seus feitos negreiros. Se a proeminência atingida por alguns, o volume dos seus negócios, o número dos seus navios, os tornaram alvo do escrutínio abolicionista e da investigação policial, convertendo-os em objecto da historiografia actual, a esmagadora maioria dos que falharam os seus percursos ascendentes, ou dos que nem sequer chegaram a patamares que permitissem iniciá-los, perdeu-se no anonimato. É verdade que, muito pontualmente, essa gente aparecia à superfície, transpirando para o conhecimento público. Em 1854, por exemplo, um jornalista norte-americano cruzou o seu caminho com o de um mendigo que vagueava pelas docas de Baltimore. Inquirindo,

---

<sup>2</sup> Para informação sobre os grandes negreiros, v. Mary Karash, *The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade, 1836-1851*, University of Wisconsin, 1967, tese de mestrado (não publicada); e Eltis, *op. cit.*, cap. 9 (e respectivas notas para informação bibliográfica mais pormenorizada sobre as trajectórias de cada um deles). *Tumbeiro* era uma das sugestivas designações brasileiras para navio negreiro.

acabou por ficar a saber que seria um antigo negreiro e, interessando-se pelo caso, veio a promover a redacção e publicação da sua história. Tratava-se de um tal Théodore Canot (ou Théophilus Conneau), um traficante de escravos de origem franco-italiana, que iniciara a sua carreira na década de 1820 como agente na costa africana e que estivera directamente envolvido no transporte de milhares de escravos através do Atlântico. As memórias de Canot — *A Slaver's Log Book or 20 Years' Residence in Africa* — alimentaram uma imagem que estava nos antípodas da do sucesso negreiro, uma imagem que associava a prática escravista não apenas à abjecção e decadência morais, mas também à pura e simples ruína física e financeira. Os negreiros que acabavam os seus dias na miséria e no remorso constituíam exemplos vivos não apenas da infalibilidade do castigo divino (como os abolicionistas sempre tinham afiançado que sucederia), mas também das consequências autodestruidoras do verdadeiro jogo de sorte e azar em que o tráfico se convertera.

Mas confissões como as de Canot são excepcionais. Raramente foi possível olhar com tanto pormenor para as vidas dos que se dedicavam à *escravatura*. O negreiro opulento e o destroço humano são duas faces de uma moeda mal conhecida e difícil de conhecer. E daí o interesse inerente a uma biografia de Arsénio de Carpo, a personalidade que constitui o objecto deste artigo. Sem ter caído nas profundezas da decadência e da abjecção, como um Théodore Canot, mas também sem nunca ter atingido um patamar de prosperidade material sólido e duradouro que o colocasse ao nível dos homens que dominaram o *infame comércio* no século XIX, Carpo é de certa forma uma ilustração do meio-termo, do percurso intermédio, do negreiro de sucesso mitigado e efémero. Aquele que foi um grande traficante à escala angolana nunca passou de comparsa menor numa escala global, transatlântica. De todo o modo, aquilo que é possível saber sobre algumas fases da sua vida ilustra magnificamente vários aspectos do trajecto do negreiro, nomeadamente a precariedade da sua posição, a rapidez do enriquecimento e as agruras da queda, a importância que as redes de relações pessoais e transcontinentais desempenhavam na construção de uma bem sucedida carreira de vendedor de homens. Mas ilustra também facetas periféricas ou até exteriores à organização do tráfico que, remetendo para a atitude geral da sociedade portuguesa face ao traficante ou para as modalidades de passagem do *odioso* ao *inocente comércio*, permitem compreender um pouco melhor a história do processo abolicionista em Portugal e até um ou outro aspecto do passado colonial em Angola.

## ANOS OBSCUROS

Os primeiros quarenta anos da vida de Arsénio de Carpo correspondem a um período obscuro da sua vida, a um buraco documental salpicado por

meia dúzia de referências seguras e apenas remendável por algumas deduções mais ou menos arriscadas.

Arsénio nasceu na cidade do Funchal a 20 de Dezembro de 1792<sup>3</sup>. Pouco ou nada se conhece do primeiro quartel da sua vida, a não ser que terá seguido, pelo menos temporariamente, os passos do pai, trabalhando como pedreiro<sup>4</sup>. Em 1817 encontrava-se em Lisboa, onde viria a ser preso no contexto da conjura gorada de Gomes Freire de Andrade, mas, ao que tudo indica, apenas por estar no local errado no momento errado — a casa onde habitava seria de um dos conjurados —, o que explica que tenha passado apenas brevemente pela prisão do Castelo de S. Jorge, sendo logo recambiado para a Madeira<sup>5</sup>.

Uma vez extinto esse fogacho de duvidosa notoriedade, os seis anos seguintes correspondem a um regresso da obscuridade. Sabe-se que em Março de 1820 embarcou para o Rio de Janeiro, mas ignora-se a causa da viagem e o tempo de permanência em terras brasileiras<sup>6</sup>. É provável que tenha sido também nessa época que trocou o seu nome de família (Santos) pelos pomposos sobrenomes de Pompílio Pompeu de Carpo, designações que foi buscar ao teatro, possivelmente a personagens que ele próprio teria representado em palco<sup>7</sup>. Para além de revelar um evidente fascínio pelas sonoridades e conotações romanas — e o futuro revelá-lo-ia várias vezes a citar em latim e a evocar vultos, como Tito ou Nero, para ostentar erudição clássica<sup>8</sup> —, a escolha desses sobrenomes terá sido talvez o primeiro anúncio público da sua megalomania, do seu gosto por sobressair, o primeiro passo de uma carreira de autopromoção que viria a atingir o ponto mais alto em meados de Oitocentos, como veremos.

Vintista exaltado — a *Biografia* anónima chama-lhe «um dos mais notáveis *sans-cullotes* daquela época»<sup>9</sup> —, Carpo, entretanto já regressado à Madeira, ter-se-á envolvido, no Verão de 1823, numa conspiração contra o governo central. De acordo com uma denúncia proveniente do Funchal, um grupo de residentes planeava então uma revolta que visaria desligar o arquipélago da autoridade real, colocando-o sob protecção inglesa. Face aos inquietantes rumores, Lisboa actuou depressa e no final de Setembro já havia uma vintena de pessoas nos calabouços, sendo Arsénio uma delas, acusado, tal

---

<sup>3</sup> Carlos Pacheco, «Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo. Uma vida de luta contra as prepotências do poder colonial em Angola (1.ª parte)», in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.ºs 16-17, 1992-1994, p. 52.

<sup>4</sup> [Luís António de Carvalho e Castro], *Biografia ou vida publica de Arcenio Pompilio Pompeu de Carpo*, Rio de Janeiro, 1846, p. 7.

<sup>5</sup> Pacheco, *op. cit.*, pp. 53-54.

<sup>6</sup> Id., *ibid.*, p. 55.

<sup>7</sup> [Castro], *Biografia...*, cit., p. 7.

<sup>8</sup> V, por exemplo, Arsénio P. P. de Carpo, *Resposta à refutação antecedente*, Lisboa, 1846, p. 60.

<sup>9</sup> [Castro], *Biografia...*, cit., p. 7.

como os outros detidos, de ter concebido o plano de restabelecimento da Constituição de 1822 no arquipélago. Considerado culpado de ter falado publicamente contra o novo governo de D. João VI — o governo que resultara da *Vilafrancada* — e de ter blasfemado contra os santos e a Igreja, foi sentenciado a uma pena de degredo por cinco anos em Angola<sup>10</sup>.

Remetido para Lisboa no final de 1823, o condenado ficou algum tempo, e pela segunda vez, no Castelo de S. Jorge, aguardando navio que o transportasse para Angola e, eventualmente, para a morte<sup>11</sup>. Talvez por isso, e num primeiro momento, Arsénio requereu comutação do local de expiação da sentença para região menos ruim (como os Açores ou até Cabo Verde). Mas nos meses em que permaneceu enclausurado no Castelo deve ter estabelecido contactos que lhe fizeram mudar de ideias e em Março de 1824, uma vez que começava a constar que alguns condenados iriam ser efectivamente remetidos para Cabo Verde, solicitou que o seu anterior requerimento ficasse sem efeito, visto já ter assegurado compromissos com vários negociantes de Angola. Assim sendo, preferia o seu «primitivo destino»<sup>12</sup>.

Já em Luanda, e como era habitual, assentaria praça como soldado. Incorporar as tropas de segunda linha destinadas a auxiliar na defesa do território e na manutenção da ordem era geralmente o fado dos degredados, que desse modo serviam para suprir a falta de militares com que sempre se debatiam as colónias. Na perspectiva do poder, a incorporação militar era um favor que o Estado fazia aos degredados, que, de outro modo, ficariam sem meios de subsistência numa terra onde ninguém os queria, nem para o serviço doméstico — «pelo mau carácter que levam impresso» —, nem para os trabalhos rurais, visto que os europeus não resistiam às condições tórridas em que se executavam<sup>13</sup>. Mas a vida no regimento de milícias não era inteiramente incompatível com actividades de outro género — em Angola, aliás, era rara a pessoa que não comerciasse, por conta própria ou de outrem — e é provável que desde muito cedo Arsénio tivesse desenvolvido vários negócios não só porque já os levaria preparados de Lisboa, mas também porque, graças à sua capacidade de insinuação junto dos superiores, terá rapidamente obtido escusa do serviço militar<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Pacheco, *op. cit.*, pp. 55 e segs.

<sup>11</sup> Independentemente das condições de transporte extremamente duras e raramente inócuas, o degredo em Angola, tal como em Moçambique e outros lugares de África, era visto na época, e muito justificadamente, como um passaporte para o *sepulcro do europeu* (para a imagem de *sepulcro do europeu* e as circunstâncias que a fundamentavam no caso português, v. João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio. O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, cap. 6, e, num âmbito mais geral, Philip D. Curtin, *The Image of Africa. British Ideas and Action, 1780-1850*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1964, caps. 3 e 7).

<sup>12</sup> Pacheco, *op. cit.*, p. 61.

<sup>13</sup> Cf., por exemplo, Câmara dos Pares, sessão de 26 de Maio de 1856, in *Diário do Governo*, 2 de Junho de 1856 (discurso do ministro da Marinha).

<sup>14</sup> [Castro], *Biografia...*, cit., p. 8.

O seu primeiro negócio conhecido terá sido o de taberneiro. Na época, Luanda estava pejada de tascas, onde se falsificava o vinho e a aguardente, e essa era uma ocupação comum para muitos dos degredados. Terá sido, pois, «numa das mais nojentas travessas», e atrás do balcão, que iniciou uma série de expedientes, trapacices e violências que lhe foram permitindo subsistir, sustentar a família desvalida — que, como tantas vezes sucedia, não tivera outro remédio senão segui-lo no degredo — e até mesmo lançar as bases da sua futura fortuna<sup>15</sup>.

No final da década de 1820, cumprida a sentença de degredo, e após ter passado de novo pelo calabouço por ter escrito um soneto em que ridicularizava o então governador-geral, Arsénio de Carpo foi viver para o Recife, por razões que se desconhecem<sup>16</sup>. Carlos Pacheco atribuiu a sua saída de Angola a eventuais perseguições políticas, o que não é inverosímil — aliás, o próprio Carpo as referiria, muitos anos depois, na sua «Memória sobre Angola»<sup>17</sup>. No entanto, é mais provável que essa saída possa estar relacionada, acima de tudo, com o tráfico de escravos. Ainda que nenhum documento o ateste, não é de excluir que Arsénio tivesse já, por essa altura, um envolvimento no comércio humano. Desde a década de 1770 que os importadores de escravos sediados no Brasil tinham agentes permanentes em Luanda ou então, à maneira antiga, comissários que recebiam os bens à consignação, auferindo um salário fixo ou comissões sobre os produtos vendidos e sobre os escravos que entregavam para embarque; essa gente tinha, geralmente, relações comerciais com os donos das tabernas — recorde-se que a aguardente era uma das grandes importações de Angola —, e, por essa via, Arsénio poderá ter-se envolvido muito precocemente no negócio da escravatura<sup>18</sup>. A *Biografia* refere que, «ajudado» por Ângelo Francisco Carneiro, um nego-

---

<sup>15</sup> Arsénio viria a ser posteriormente acusado de, nessa época inicial, ter por hábito deitar a mão aos nativos que entravam na cidade com produtos para vender, usando as mais repulsivas artimanhas para os enganar no ajuste dos preços, espancando-os mesmo quando o ajuste não ia a bem (*ibid.*). Pacheco (*op. cit.*, pp. 64-65) considerou essa acusação pouco plausível, dada a necessidade governamental de proteger os mercadores, a fim de garantir um fluxo comercial regular com o sertão. Mas trata-se de uma dedução que não é inteiramente convincente. Em primeiro lugar, pela fraqueza dos mecanismos policiais e judiciais. Em segundo lugar, porque a exploração das gentes africanas foi atestada em muitos outros casos; lembre-se, a esse respeito, o episódio dos africanos que se viram forçados a comprar gatos e cães mortos (cf. Joseph C. Miller, *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1988, p. 178). Aliás, o próprio Pacheco (*op. cit.*, p. 64) reconhece que, não obstante vários governadores terem denunciado esses abusos, pouco terão feito para acabar com o mal, pelo que não repugna aceitar que as acusações feitas a Carpo tivessem, pelo menos, um fundo de verdade.

<sup>16</sup> [Castro], *Biografia...*, cit., pp. 8 e segs.; Pacheco, *op. cit.*, pp. 61-62.

<sup>17</sup> Pacheco, *op. cit.*, p. 67; «Memória sobre Angola», in *A Revolução de Setembro*, 1846.

<sup>18</sup> Sobre as modalidades do negócio escravista e a acção dos agentes em Luanda, v. Miller, *op. cit.*, em particular pp. 295-311.

ciante entretanto estabelecido em Pernambuco, conseguiu «fazer em poucos anos alguns contos de réis», mas não é clara quanto ao tipo de «ajuda» concedido<sup>19</sup>. É muito possível que Carpo fosse agente ou comissário do referido Carneiro e que parte do negócio passasse pela exportação de escravos, uma actividade que prometia ganhos mais substanciais e rápidos do que a de taberneiro. Carneiro viria efectivamente a afirmar-se como um dos grandes negreiros a operar no Brasil, sendo adequadamente agraciado com o título de visconde de Loures<sup>20</sup>. No entanto, e mesmo que não fosse esse o caso, mesmo que Arsénio ainda estivesse inteiramente à margem do negócio escravista, não poderia ficar indiferente aos acontecimentos e às profundas transformações que, no final da década de 1820, se anteviam na vida económica de uma colónia quase exclusivamente centrada na exportação de escravaria para o Brasil.

Recorde-se que em 23 de Novembro de 1826, devido às pressões diplomáticas inglesas, se concluíra um tratado anglo-brasileiro para a abolição total do tráfico de escravos. O acordo estigmatizava a actividade negreira, equiparando-a à pirataria, e impunha o fim do tráfico efectuado em navios brasileiros três anos após a sua ratificação (ou seja, a 13 de Maio de 1830)<sup>21</sup>. A generalidade dos observadores tomou o ano de 1830 como limiar do *odioso comércio* e, naturalmente, os traficantes procuraram aproveitar o pouco tempo que restava: nos últimos anos da década de 1820 assistiu-se a um incremento das transferências de escravos de África para o Brasil e, a partir de 1830, a uma queda abrupta dessa circulação<sup>22</sup>. Em Portugal e nas colónias a interdição do comércio negreiro foi vista como pré-aviso de sérias dificuldades, como um abrir da porta para a crise ou ruína de Angola e Moçambique, e, nesse estado de coisas, e antecipando-se ao fecho do comércio brasileiro e ao colapso anunciado, vários traficantes passaram os seus negócios e retiraram-se para o Brasil<sup>23</sup>. Não repugna imaginar que Arsénio possa ter ido nessa revoada em busca de horizontes mais desanuviados.

Ângelo Francisco Carneiro terá sido o seu primeiro apoio em Pernambuco e a porta de entrada para empreendimentos mais ambiciosos. Ao que parece, foi esse comerciante que lhe deu os meios para ir para o Rio de Janeiro,

<sup>19</sup> [Castro], *Biografia...*, cit., p. 8.

<sup>20</sup> Cf. Karash, *op. cit.*, p. 20.

<sup>21</sup> Leslie Bethell, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question (1807-1869)*, Cambridge, Cambridge University Press, 1970, pp. 28-61. Para o texto do tratado anglo-brasileiro, v. *Gazeta de Lisboa*, 26 de Março de 1827.

<sup>22</sup> Em 1828-1829 o Brasil terá importado uma média anual de mais de 61 000 escravos, mas em 1831 a importação caíra para pouco mais de 3000 (cf. David Eltis, «The nineteenth-century transatlantic slave trade: an annual time series of imports into the Americas broken down by region», in *The Hispanic American Historical Review*, 67, 1987, pp. 114-115).

<sup>23</sup> Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno (1822-1891)*, Lisboa, Sá da Costa, 1979, p. 43.

donde rumaria depois para Nova Iorque em 1831<sup>24</sup>. E foi na época em que circulou entre o Brasil e os Estados Unidos (com uma passagem pela Madeira e, eventualmente, outros lugares) que Arsénio terá lançado as sementes da sua futura actividade como negreiro de renome. De facto, e ao contrário do que geralmente se imaginava, o tráfico para o Brasil não morrera, ainda que por momentos tivesse registado uma queda acentuadíssima. Mas essa queda revelar-se-ia puramente circunstancial, decorrente da incerteza quanto ao eventual rigor das autoridades brasileiras na aplicação da nova legislação e também da transitória saturação dos mercados de mão-de-obra em virtude da barrigada importadora de finais da década de 1820. Com o *boom* do café, a importação de negros retomou em cheio, reorganizando-se numa base inteiramente ilegal e altamente lucrativa. Em finais de 1833 já os membros britânicos da comissão mista do Rio de Janeiro informavam que o comércio de escravos crescia a uma cadência alarmante. E em meados da década a importação atingia novamente valores superiores aos 40 000 escravos/ano<sup>25</sup>.

No cerne desse ressurgimento estavam os portugueses não só porque eram eles os principais negreiros do Brasil — haveria 30 000 portugueses no Rio, todos eles envolvidos no tráfico, como garantia, com evidente exagero, o cônsul inglês na cidade<sup>26</sup> —, mas também, e sobretudo, porque se recorria de forma generalizada ao chamado *embandeiramento*. Tratava-se de uma prática antiga que consistia na venda de um navio a um sócio, real ou simulado, de um país onde o tráfico ainda fosse legítimo ou tolerado por autoridades complacentes; obtinham-se, por via desse estratagema, os papéis e bandeiras indispensáveis para pôr os navios da escravatura ao abrigo da esquadra antitráfico inglesa. Ora, no início da década de 1830, com a incerteza quanto à forma como a legislação iria ser aplicada no Brasil, o pavilhão português voltava a ter grande procura e o grosso dos empreendimentos negreiros fazia-se agora com a conivência das autoridades portuguesas — nomeadamente com a do cônsul-geral de Portugal no Rio, João Baptista Moreira, um homem que se tornou tristemente famoso por fornecer documentos a navios negreiros brasileiros<sup>27</sup>.

Também em Cuba o envolvimento português era flagrante. No início da década de 1830 o Foreign Office depositava grandes esperanças de que um novo tratado hispano-britânico pudesse obstar ao insucesso da supressão cubana. Após vários avanços e recuos, o tratado viria efectivamente a ser assinado em 28 de Junho de 1835, mas, ao contrário do que Londres esperava, não resolveu o problema do tráfico ilegal<sup>28</sup>. Era bem certo que dera à Royal Navy o poder de

---

<sup>24</sup> [Castro], *Biografia...*, cit., pp. 8-9.

<sup>25</sup> Eltis, «The nineteenth-century...», *op. cit.*, p. 115. Para as informações dos representantes britânicos no Brasil sobre o volume do tráfico, v. Bethell, *op. cit.*, pp. 72-75.

<sup>26</sup> Cit. in Eltis, *Economic Growth...*, cit., p. 150.

<sup>27</sup> Cf. Marques, *op. cit.*, cap. 4 (em particular pp. 215-216).

<sup>28</sup> David Murray, *Odious Commerce. Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave*

deter navios negreiros, mesmo que sem escravos a bordo, e que, logo em 1836, a esquadra inglesa na costa africana capturara 37 navios com bandeira espanhola (enquanto no período de 1830-1835 não apresara mais do que uma média de 10 por ano)<sup>29</sup>. Mas o volume total de importações de escravos para Cuba não caiu correspondentemente. O que acontecia agora é que os negreiros raramente usavam o pavilhão espanhol, substituindo-o preferencialmente pelo português<sup>30</sup>.

Ora foi precisamente nessa época de reorganização do comércio negreiro a coberto da bandeira dos Braganças que Arsénio tentou entrar (ou reentrar) no negócio. De acordo com a sua *Biografia*, ter-se-ia apresentado no Rio de Janeiro como proprietário do brigue *Maria Rita* e com o projecto de comprar escravos em Angola para vender em Havana, mas a iniciativa teria saído inteiramente frustrada devido à falta de credibilidade do seu autor. Supostamente já marcado por um passado de peripécias e desonestidades, Arsénio não teria encontrado receptividade dos negociantes locais, não conseguindo que lhe confiassem «um só volume a frete»<sup>31</sup>. Convém acentuar, contudo, que a *Biografia* é um texto anónimo inteiramente votado a desacreditar o biografado e que contém várias imprecisões e inconsistências. É muito duvidoso que o ex-taberneiro estivesse então completamente desacreditado na praça do Rio ou que tivesse falhado em absoluto a sua entrada no mundo negreiro. Recorde-se que a família já se lhe havia reunido no Brasil, o que sugere que a sua situação económica estaria no mínimo estabilizada. Recorde-se também que, por essa época, Carpo surgia como proprietário, não de um, mas de vários navios mercantes: em 1834 comprara em Nova Iorque a escuna *Dois Irmãos* e no ano seguinte um bergantim a que viria a chamar *Malhado* (e, depois, *Governador Vidal*), aos quais se seguiram outras aquisições. Os navios tinham sido obtidos de uma forma pouco clara (ou mesmo totalmente escura) e é muito provável que Carpo fosse apenas co-proprietário ou proprietário simulado, na lógica do *embandeiramento*. Mas fosse-o ou não, o que parece evidente é que em meados da década de 1830 o madeirense, a título individual ou associado a outros, estava já claramente virado para o negócio da escravatura, procurando penetrar num circuito dominado pelas grandes casas. É de sublinhar que os navios que surgiam como propriedade sua eram utilizados nas rotas de Angola com o Uruguai, Brasil e Cuba, o que indicia muito fortemente um envolvimento no tráfico<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, p. 101.

<sup>30</sup> James Bandinel, *Some Account of the Trade in Slaves from Africa, as Connected with Europe and America. From the Introduction of the Trade into Modern Europe, down to Present Time, especially with Reference to the Efforts Made by the British Government for its Extinction*, Londres, Frank Cass, 1968 (1.ª ed., 1842), pp. 232-233.

<sup>31</sup> [Castro], *Biografia...*, cit., p. 10.

<sup>32</sup> A presença do Uruguai na típica rota do negreiro era uma inovação recente que visava iludir a repressão. Os navios negreiros desembarcavam as suas cargas humanas nas imediações

## O MAIOR NEGREIRO DE ANGOLA

Se até 1836 não existem mais do que suspeitas sobre o envolvimento de Arsénio no sistema escravista, a partir dessa data a sua entrada no circuito é incontestável e está abundantemente documentada. Regressado a Angola em 1837, desempenharia daí em diante vários papéis no *cursum honorum* do negreiro, associando-se a um dos mais poderosos traficantes locais, Francisco Teixeira Miranda (o *Mirandinha*), e actuando como consignatário ou comprador das mercadorias despachadas das Américas, como distribuidor dessas mercadorias pelos seus *aviados* — a gente branca ou, mais geralmente, preta, que as negociava no interior — e, depois, como promotor da exportação dos escravos recebidos em troca da *gerebita*, dos têxteis e outros produtos que enviara para o sertão<sup>33</sup>.

Não obstante o seu extenso envolvimento, raramente foi apanhado em flagrante delito. O que não é difícil de explicar. A partir do momento em que o tráfico passou a ser perseguido, Carpo recorreu sistematicamente à utilização de testas-de-ferro, que eram chamados a assinar os registos e a assumir simuladamente toda a propriedade do que importava e exportava — nomeadamente a dos escravos. Ele próprio se gabava desse seu método ou «estilo» (omitindo, evidentemente, que se aplicava também ao *odioso comércio*): «Desde o ano de 1841 sempre os meus guarda-livros despacharam fazendas e aceitaram letras, como se tudo fora seu, estilo meu que, além de facilitar o meu comércio, leva em mira o meu cómodo<sup>34</sup>.» Virá, a propósito, lembrar que esse método, utilizado por muitos outros traficantes, comportava riscos evidentes. As sociedades entre negreiros eram organizações de propósito específico que muitas vezes tinham vida instável e efémera. Zangas e logros eram frequentes entre gente que girava na esfera do ilícito e muitos foram os enganados pelos parceiros de negócio. Na década de 1840 o próprio Arsénio esteve envolvido em vários episódios de traição ou desavença com alguns dos seus sócios

---

do Rio e depois iam a Montevideu fazer um frete marítimo, regressando ao porto do Rio com carga lícita (cf. Roquinaldo Amaral Ferreira, «O relatório Alcoforado», in *Estudos Afro-Asiáticos*, 28, 1995, p. 224). Assinale-se ainda a possibilidade de a escuna *Dois Irmãos* ser a mesma que, tendo obtido passaporte em Lisboa em Fevereiro de 1836 e feito três viagens de *escravatura* entre a costa de África e Havana, viria a ser apresada (com 305 escravos a bordo) pela Royal Navy em 2 de Abril de 1838 e depois condenada na Serra Leoa (*Abstract of the Proceedings in the British and Portuguese Court of Mixed Commission, established at Sierra Leone for the Repression of the Slave Trade, during the Year 1838*, PRO FO 84/237, e Palmerston a Jerminham, 3 de Novembro de 1838, ANTT, MNE, cx. 492).

<sup>33</sup> *Gerebita* ou *cachaça*, como se dizia no Brasil, era uma aguardente de cana de elevado teor alcoólico (cerca de 90%) que constituía um dos principais artigos de exportação do Rio de Janeiro para Angola (cf. Miller, *op. cit.*, pp. 466-467).

<sup>34</sup> Carpo, *Resposta...*, cit., pp. 64-65.

residentes em Angola e no Brasil (entre os quais o seu antigo benfeitor Ângelo Carneiro)<sup>35</sup>.

De todo o modo, e ainda que poucas vezes tenha sido apanhado em flagrante, não há qualquer dúvida sobre a sua actividade negreira, confirmada por muitas, diversificadas e insuspeitas fontes, nomeadamente por George Tams, um médico alemão que visitou Angola em 1841 e que deixou uma descrição dessa visita: «O costume de viajar com rapidez era indispensável ao senhor Arsénio porque ele se via frequentemente obrigado a fazer jornadas mui compridas a cavalo, durante a noite, quando no sítio de embarque dos seus escravos se tornava precisa a sua pronta assistência. Consideráveis e repetidos prejuízos o haviam induzido a adoptar o plano de os embarcar assim, no decurso da noite, a alguma distância de Luanda. Uma manhã, por ocasião de fazer-lhe uma visita medicinal [...] me disse ele que não obstante achar-se assim doente, havia andado na noite anterior dezasseis léguas a cavalo para poder assistir ao embarque de escravos seus no sul do rio Dande<sup>36</sup>.» Acrescente-se que vários navios que lhe foram dirigidos na qualidade de consignatário viriam a ser apesados, que Carpo chegou a ser consignatário de José Bernardino de Sá, um dos maiores negreiros residentes no Brasil, que após a sua prisão, em 1845, foram interceptadas algumas das suas cartas que marcavam pontos específicos da costa para o embarque clandestino de escravos e ainda que, numa polémica jornalística, um seu opositor fez publicar uma missiva em que o próprio Arsénio se assumia como negreiro<sup>37</sup>.

Agente de outrem ou traficante por conta própria (ou ambas as coisas), essas seriam tão-só as facetas mais tradicionais da sua actividade. De acordo com denúncias que se repetiriam constantemente, Carpo actuava igualmente como medianeiro entre os negreiros brasileiros e as autoridades coloniais, corrompendo-as<sup>38</sup>. O seu envolvimento no circuito ia, portanto, para além da

---

<sup>35</sup> Id., *Exposição das circunstâncias que acompanharam a vinda a Portugal de Arsenio Pompílio Pompeu de Carpo e sua prisão e processo em Lisboa*, Lisboa, 1846, pp. 3-5, e *Resposta...*, cit., pp. 55 e segs.; [Castro], *Biografia...*, cit., pp. 13 e 18. Para as desavenças entre Arsénio e o seu sócio em Luanda, Francisco Barbosa Rodrigues (o *Chico Maluco*), v. Howard de Walden a Aberdeen, 24 de Junho de 1846, PRO FO 84/631, e *Boletim Oficial do Governo-Geral da Provincia de Angola* (doravante *BOGGPA*), 26 de Maio de 1849, p. 4.

<sup>36</sup> George Tams, *Visita às Possessões Portuguezas na costa Occidental d'África*, 2 vols., Porto, 1850, p. 212.

<sup>37</sup> Cf. João Ferreira do Amaral, *Refutação às alevozas e indecências que vem exaradas na exposição das circunstâncias que acompanharão a vinda a Portugal d'Arcénio Pompílio Pompeu de Castro e a sua prisão e processo em Lisboa*, Lisboa, 1845, p. 11; v. também [Castro], *Biografia...*, cit., pp. 14 e 18, e Walter Lewis a Palmerston, 12 de Abril de 1841, PRO FO 84/344; Carpo, *Exposição...*, cit., pp. 4-5; Howard de Walden a Aberdeen, 15 de Dezembro de 1845, PRO FO 84/579; para a confissão de Carpo, v. *A Revolução de Setembro*, 19 de Janeiro de 1846.

<sup>38</sup> V., por exemplo, *A Revolução de Setembro*, 9 de Janeiro de 1845.

mera actividade comercial e era também — ou sobretudo — o de um organizador e fluidificador do sistema. Esse poderá até ter sido o principal propósito do seu regresso a Angola.

Efectivamente, não é despidiando assinalar que esse regresso se deu em 1837, precisamente no ano em que de novo se anteviam grandes dificuldades para o *iníquo comércio*, desta vez com origem em Portugal, onde, após muitos protelamentos e hesitações, o governo setembrista proibira inteiramente a exportação de escravos. Na sequência da pressão inglesa e do decreto de 10 de Dezembro de 1836, Sá da Bandeira incumbiu o novo governador de Angola, coronel Vidal, de fazer publicar e aplicar a lei. Para tanto disporia de dois navios de guerra, sendo, pois, de presumir que a presença dessa gente e essas novas intenções pudessem colocar sérios entraves na rede comercial. Ora a principal acção de Carpo foi justamente no palácio governamental, insinuando-se junto do governador e de outros elementos da administração, corrompendo-os e obtendo autorizações para a saída dos *tumbeiros*<sup>39</sup>. Na outra extremidade da cadeia de corrupção, Arsénio *vendia fumo*, isto é, traficava influências, fazendo-se pagar pelos seus serviços junto dos capitães dos navios<sup>40</sup>. Para além de dinheiro, esse papel de charneira no despacho dos navios colocava-o em posição de exercer pressões, violências e extorsões, que nalguns casos lhe permitiram engrossar substancialmente os seus cabedais<sup>41</sup>.

Devido à cumplicidade de Vidal com os negreiros, os navios de guerra, que nessa época ainda estavam sob as ordens do Palácio, não faziam qualquer apresamento e o escândalo causado por essa e outras inacções levou à demis-

---

<sup>39</sup> [Castro], *Biografia...*, cit., p. 11; para uma descrição da forma como o suborno se efectuava, v. as cartas dos oficiais de marinha Marques Pereira e Centurini a Sá da Bandeira, 18 de Junho de 1838 e 9 de Janeiro de 1839, respectivamente, ambas no Arquivo Histórico Ultramarino, papéis de Sá da Bandeira, maço 824.

<sup>40</sup> «Aos que valendo-se das suas relações e influência, prometiam despachos, recebendo dinheiro ou outra coisa, chamavam os romanos *venditores fumi*», explicava Joaquim António de Aguiar nas Cortes, precisamente a propósito de Arsénio de Carpo (*Diário da Câmara dos Deputados*, doravante *DCD*, 13 de Fevereiro de 1846, p. 12).

<sup>41</sup> Arsénio e *Mirandinha* foram acusados na imprensa de terem deitado a mão a um patacho capitaneado e possuído por um tal Francisco Cardoso da Silva (por alcunha, *o Emboava*). Sendo a primeira vez que ia a Angola, o *Emboava* entregou-se nas mãos do *Mirandinha*, o consignatário da mercadoria. Este reteve-o desnecessariamente no porto, protelando o momento de fechar contas e de entregar o passaporte para seguir viagem, e, nesse impasse, o *Emboava* teria adoecido com as febres do país, vindo a sucumbir. Antes, porém, os dois sócios tinham-no feito assinar um papel supostamente para benefício dos seus herdeiros, mas que mais não era do que o documento de venda do patacho aos próprios Arsénio e *Mirandinha*. Assim, pondo a epidemiologia local ao serviço da espoliação, deitavam mão a um navio e ao seu conteúdo perante a passividade das autoridades (cf. carta de Sebastião Tavares da Fonseca, piloto do navio, in *Correio de Lisboa*, 6 de Maio de 1841).

são do governador corrupto e a um extremar das relações anglo-portuguesas. Numa segunda tentativa para aplicar a lei, Sá da Bandeira viria a nomear o já septuagenário almirante António de Noronha, que, apesar da provecida idade, procurou resistir aos assédios dos traficantes, obstinando-se na aplicação da lei. Em Maio de 1839 chegou mesmo a fazer um convénio com o tenente Tucker, da Royal Navy, concedendo aos cruzadores britânicos o direito de apresarem navios com bandeira portuguesa a sul do equador<sup>42</sup>. A partir desse momento tornou-se o alvo preferido da imprensa setembrista da metrópole e em Luanda suscitou uma corrente contrária que acabaria por escorraçá-lo da província. À cabeça dessa contestação estava, muito naturalmente, Arsénio de Carpo, que, na qualidade de presidente interino da Câmara Municipal de Luanda, e dando largas aos seus dotes literários, escreveu várias vezes para a metrópole não só para solicitar a remoção de Noronha, mas também para pedir um prolongamento do tráfico negreiro. Numa missiva às Cortes, elaborada em 5 de Julho de 1839, Carpo expunha a situação calamitosa por que passava a colónia, acusando os «ministros zelosos em demasia» e os «conselheiros mal informados» de terem desencadeado um vendaval abolicionista sobre Angola a instâncias dos sinistros aliados ingleses. Se a lei abolicionista fosse aplicada «à risca», e não de uma forma gradual, implicaria a «aniquilação de três nações, Portugal, Espanha e o Brasil»; em conformidade, na representação à «Filha do Imortal D. Pedro», escrita dois dias depois, pedia-se o estabelecimento de um prazo para a supressão<sup>43</sup>.

Ainda que as queixas e pretensões de Carpo não tivessem sido atendidas, Noronha, incapaz de suportar a pressão, acabaria por retirar-se para Lisboa no fim de 1839. Os negreiros tinham ganho um primeiro balão de oxigénio que lhes permitiu respirar mais uns anos, não obstante a entrada em acção dos cruzeiros ingleses e portugueses, a assinatura do tratado abolicionista anglo-português de 1842 e o estabelecimento de comissões mistas em Luanda no decorrer de 1844. A forma de actuação de Arsénio na meia dúzia de anos — o seu período áureo — que se seguiu à retirada de Noronha está bem documentada e é extremamente esclarecedora sobre a sua capacidade de adaptação a cada novo cenário e sobre a teia de estratégias e de influências necessárias para sustentar a sua actividade ilícita.

Essa teia, que fora ampliando de forma metódica e sistemática, era uma verdadeira necessidade profissional. A partir do momento em que o tráfico

---

<sup>42</sup> Os acordos entre homens da marinha constituíam uma prática corrente que visava contornar as subtilidades e melindres dos políticos e os irritantes obstáculos do estrito legalismo. Aliás, Tucker assinaria no ano seguinte um acordo similar com o tenente Paine, da marinha norte-americana. Mas nenhum dos dois acordos seria, posteriormente, ratificado.

<sup>43</sup> Exposição e representação de 5 e 7 de Julho de 1839, in *Paquete do Ultramar*, 26 de Outubro de 1839; para outra representação do mesmo teor, *ibid.*, 13 de Dezembro de 1839. Sobre o significado das propostas gradualistas e todos os acontecimentos deste período, v. Marques, *op. cit.*, cap. 4.

se tornou ilegal e, mais importante do que isso, fortemente perseguido, as boas conexões com os detentores do poder tornaram-se verdadeiramente vitais para o sucesso das operações. Todos os negreiros eram homens bem relacionados. Como diria mais tarde o comandante Eardley-Wilmot da Royal Navy numa carta a Palmerston, «o único negreiro que tem Angola também vive como um Príncipe. Isto não é por extravagância ou amor ao luxo; é necessidade da profissão. O negreiro carece a cada momento da tolerância da autoridade [...] para captar a benevolência dos governadores carece de afectar a grandeza de um magnate, ser generoso, etc.; é uma vida como a dos diplomáticos»<sup>44</sup>.

Ainda que a avaliação de Eardley-Wilmot se referisse a outra época e outra personagem, podia perfeitamente aplicar-se a Carpo e ao início da década de 1840. De facto, em Angola, Arsénio vivia «como um Príncipe» e funcionava como benemérito local, não poupando esforços nem dinheiro para se insinuar nas boas graças das autoridades. Ostentava um luxo enorme (em termos relativos, entenda-se), adquirira uma casa apalaçada, onde recebia a nata da sociedade local, e passeava-se a cavalo ou de carruagem, «num estilo e pompa a que nem os mais ricos de Angola estavam habituados»<sup>45</sup>. Era o primeiro a concorrer com donativos para os empreendimentos de utilidade pública, oferecendo frascos de hortelã pimenta para o hospital militar ou uma casa para servir de hospital da marinha (o que não seria aceite), propondo-se pagar a um maquinista para abrir um furo artesiano, dando pregos para a construção do mercado de peixe e tomando várias outras iniciativas do género.

Com base na sua ostentação e munificência, Carpo conseguiu neutralizar as veleidades supressoras dos sucessores de Noronha. No início do seu mandato o governador Malheiro ainda deu provas de pretender perseguir o tráfico ilícito tanto em terra como no mar, onde o cruzeiro antitráfico português começava, finalmente, a operar. Mas cedo «o bem conhecido Arsénio Pompeu de Carpo ganhou a sua confiança» e Malheiro terá flectido; como diziam as más-línguas, Carpo era «o único com a magia de lhe poder recheiar a bolsa de ouro, em pouco tempo»<sup>46</sup>. De acordo com exposições provenientes de Luanda, Carpo ter-se-á conseguido igualmente insinuar junto dos governadores seguintes, Bressane Leite e Lourenço Possolo<sup>47</sup>.

Essa continuada relação de proximidade com os governadores permitiu-lhe aspirar a uma carreira política que o levasse para além do seu cargo na Câmara Municipal e em 1840, com a protecção de Malheiro, fez-se recensear

---

<sup>44</sup> A carta foi publicada no folheto *A Letter to the Right Honorable Viscount Palmerston, M. P. [...] on the Present State of the African Slave Trade and the Necessity of Increasing the African Squadron*, Londres, 1853, p. 7.

<sup>45</sup> Pacheco, *op. cit.*, p. 76.

<sup>46</sup> *A Revolução de Setembro*, 10 de Março e 7 de Maio de 1841 (itálico no original).

<sup>47</sup> *Ibid.*, 18 de Março de 1843.

como elegível para senador, o que suscitou várias ironias na metrópole<sup>48</sup>. Mais tarde, como homem do partido setembrista, e «satisfazendo assim ao programa» que lhe fora enviado pela comissão central do reino e assinado «pelo Sr. Visconde de Sá e mais cavalheiros da oposição», candidatar-se-ia a deputado pelo círculo de Angola, não conseguindo, porém, fazer-se eleger<sup>49</sup>. Mas, se os grandes voos políticos tardavam em concretizar-se, a sua aliança com os governadores, os donativos feitos à Fazenda, os seus «briosos rasgos de patriotismo», cedo tiveram recompensa: em 1837 Vidal já o fizera major das ilhas adjacentes; em 1841, no tempo de Malheiro, passaria a tenente-coronel das referidas ilhas<sup>50</sup>; posteriormente, em 10 de Dezembro de 1842, seria nomeado coronel comandante dos distritos do Bié, Bailundo e Huambo. Eram títulos puramente honoríficos, sem qualquer significado material. Carpo nunca comandou um único soldado na sua vida e, na verdade, os distritos do Bié, Bailundo e Huambo correspondiam a regiões do interior de Angola que o próprio nunca havia visto e que não prestavam vassalagem ao governo português nem tinham, naturalmente, qualquer corpo militar que pudesse ser comandado por quem quer que fosse<sup>51</sup>. De todo o modo, as patentes militares conferiam uma dignidade oficial, um estatuto, a alguém que viera do nada e gratificavam a sua enorme vaidade, dando-lhe o direito a usar uma farda nos momentos solenes. Uma farda e uma condecoração, pois a 7 de Março de 1843, para encimar esse movimento de ascensão social, Carpo viria a ser feito comendador da Ordem de Cristo<sup>52</sup>.

Igualmente eficaz e recompensadora era a sua insinuação junto dos ingleses, que, por ironia, demoraram anos a dar-se conta de que o seu grande apoio em Angola era o mais importante negreiro da região. É verdade que, inicialmente o seu exibicionismo, o gosto truculento pelo desafio da autoridade e da lei, quase o haviam traído. Tams conservou no seu livro a memória do passo em falso (e da desfaçatez de Arsénio): «Quando o seu navio permanecia ainda ancorado no porto de Luanda, ele convidou para almoçar a bordo dele o capitão do cruzeiro britânico *Waterwitch*. Na ocasião, porém, em que o almoço estava a concluir-se Arsénio, como que galhofando, lhe perguntou se, por acaso, estaria ele já prevenido de que o seu navio sairia da costa, provavelmente naquela mesma noite, com uma carga de escravos. O inglês, tranquilamente, lhe respondeu que em poucos dias esperava poder estar outra vez a bordo daquele mesmo navio. No dia imediato, o capitão do

---

<sup>48</sup> *Ibid.*, 10 de Março de 1841.

<sup>49</sup> «Memória sobre Angola», *ibid.*, 1846.

<sup>50</sup> Arsénio P. P. de Carpo, *Ao tribunal da opinião publica (de 1843 a 1845)*, Lisboa, 1846, pp. 38-39 e 47-49.

<sup>51</sup> Cf. *DCD*, sessão de 15 de Fevereiro de 1877, p. 309 (discurso de Teixeira de Vasconcelos).

<sup>52</sup> Cf. Carpo, *Ao tribunal...*, cit., p. 72.

cruzeiro o mandou convidar para bordo do *Waterwitch* e à sua chegada lhe deu a inesperada notícia de ter acabado de enviar o seu navio para a Serra Leoa.» De facto, o navio de Arsénio fora capturado em plena luz do dia junto à ilha de Luanda, e como dizia Tams, «a extraordinária audácia deste Arsénio teve por esta ocasião a sua devida recompensa»<sup>53</sup>.

Uma vez solucionado esse episódio embaraçoso, Carpo tornou-se extremamente prestável para os ingleses, que retribuíram, responsabilizando-o pelo depósito de carvão que instalaram em Luanda para reabastecer os seus vapores do cruzeiro<sup>54</sup>. A predilecção dos ingleses por Carpo é facilmente compreensível. A Royal Navy tinha começado a actuar contra a navegação colonial portuguesa em 1839, no contexto do *bill* Palmerston, e já apresara ou afundara vários *tumbeiros*. Essa actuação, bem como o ominoso *bill*, tinham originado um verdadeiro levantamento de fervor nacionalista e, muito compreensivelmente, os marinheiros ingleses temiam ser hostilizados nas possessões portuguesas, tal como o haviam sido tantas vezes na Baía, no Rio de Janeiro ou em Havana<sup>55</sup>. Foi, por isso, com alívio e surpresa que encontraram em Luanda, disposto a desdobrar-se em iniciativas para lhes agradar, «um homem como Arsénio Carpo, que conhece o que é um inglês, e se honra de desprezar os sarcasmos daqueles que têm ciúme das suas atenções para com os ingleses»<sup>56</sup>. Para cúmulo da sorte, esse homem parecia mexer todos os cordelinhos na colónia, fornecia-lhes víveres para abastecimento dos navios e dizia-se inimigo do tráfico, prestando-se a informar os comandantes dos cruzadores não só sobre Angola, mas também sobre operações negreiras (obviamente, as do grupo Garrido, seu rival comercial). Carpo disponibilizava-se ainda para representar os captores junto dos tribunais nos processos intentados contra os navios negreiros que viessem a ser apresados pela Royal

---

<sup>53</sup> Tams, *op. cit.*, pp. 194-195. O episódio narrado por Tams deve referir-se ao caso do *Orozimbo*, do qual Carpo era oficialmente apenas o consignatário e que foi apresado a 8 de Janeiro de 1841 à saída do porto de Luanda pelos cruzadores *Fantôme*, *Waterwitch* e *Brisk*; ao contrário do que Carpo — mentiroso inveterado — garantia, o navio foi condenado na comissão mista anglo-brasileira da Serra Leoa (cf. comissários a Palmerston, 12 de Abril de 1841, PRO FO 84/344). De referir que já em 1839 uma corveta inglesa apresara e afundara uma lancha de Arsénio que se dirigia ao Ambriz com 27 escravos a bordo (Mário António Fernandes de Oliveira, *A Formação da Literatura Angolana, 1851-1950*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1997, p. 174).

<sup>54</sup> A tentativa de cair nas boas graças das forças de supressão e de arranjar comissões dessa natureza para, à sombra delas (e de bandeiras estrangeiras), se furtarem à alçada da lei era frequente entre os negreiros e em Luanda, por exemplo, também Augusto Garrido, o grande concorrente de Carpo, procurou insistentemente ser nomeado agente do depósito de carvão destinado a servir os vapores de guerra franceses (Jackson e Gabriel a Palmerston, 13 de Fevereiro de 1847, PRO FO 84/671).

<sup>55</sup> Sobre o *bill* Palmerston e o levantamento de fervor nacionalista em Portugal, v. Marques, *op. cit.*, pp. 249 e segs.

<sup>56</sup> Tradução de uma carta de John Foote (o comodoro inglês) a Carpo, 10 de Fevereiro de 1845, in Carpo, *Ao tribunal...*, cit., p. 10.

Navy. E oferecia a sua residência e haveres com uma hospitalidade verdadeiramente proverbial, incontornável, à qual quase todos recorriam: «A sua casa, mesa e carruagens estão sempre prontas para receber e hospedar qualquer nacional, ou estrangeiro de distinção, que aporta àquela cidade: os comandantes da esquadilha britânica, os membros da comissão mista, em suma, tudo quanto há de melhor e mais digno, têm gozado acolhimento do Sr. Arsénio e têm-lhe retribuído com estima, gratidão e amizade<sup>57</sup>.»

Partindo de uma relação privilegiada com os oficiais da Royal Navy, Arsénio procurou depois meter a sua foice cada vez mais fundo na seara britânica. Quando Charles F. Clinton, o representante inglês na recém-criada comissão mista de Luanda, chegou à cidade, a 8 de Janeiro de 1844, foi particularmente bem recebido por Carpo, que, com a hospitalidade que o tinha tornado famoso, «placed his house at our disposal until we could procure a residence»<sup>58</sup>. Clinton não sobreviveria muito mais de quatro meses em Angola. Acometido pelas febres do país, tivera de sujeitar-se a uma terapêutica desesperada, posto o que entrara num estado de depressão muito acentuado, acabando por suicidar-se, degolando-se com uma lâmina de barbear<sup>59</sup>. Carpo, que se encarregou de tratar das contas e bens pessoais do falecido, aproveitou a ocasião trágica da morte de «my friend Clinton», como sempre dizia, para entrar em contacto directo com o Foreign Office e com o então ministro Lord Aberdeen. Na longa carta que escreveu, e na qual explicava as circunstâncias que tinham rodeado o infausto acontecimento, não perdia o ensejo de oferecer os seus préstimos: «Although I am a Portuguese, I feel the greatest satisfaction in serving Great Britain, especially now that both nations are desirous of totally suppressing the slave trade, so repugnant in this century as a cause of the backward state of agriculture in this beautiful part of Africa; and that the services are rendered from conviction, temper, and love of my country, and not from a sordid desire of becoming wealthy, or of

---

<sup>57</sup> Carta de Possidónio Augusto Possolo, in *A Revolução de Setembro*, 31 de Janeiro de 1845; v. também Tams, *op. cit.*, p. 212, e tradução das cartas de John Foote e de Edmund Gabriel (membro da comissão mista), 10 de Fevereiro e 23 de Abril de 1845, in Carpo, *Ao tribunal...*, cit., pp. 10 e 23, respectivamente.

<sup>58</sup> Clinton a Aberdeen, 18 de Janeiro de 1844, PRO FO 84/517.

<sup>59</sup> Muitos dos tratamentos das febres tropicais visavam actuar ao nível dos fluidos corporais e eram, geralmente, muito penosos. Para além de eméticos, purgantes e sangrias — e usava-se profusamente a lanceta —, recorria-se igualmente a terapêuticas verdadeiramente lancinantes, como a das ventosas aquecidas, aplicadas no pescoço, nos membros e no abdómen; procurava-se, por essa via, e por efeito de sucção, atrair o sangue à epiderme, diminuindo a sua pressão nos órgãos internos; por vezes aplicava-se um preparado de mercúrio nas bolhas e feridas provocadas pelas ventosas. Particularmente dolorosa era aquilo a que os ingleses chamavam «night-cap blister», uma ventosa que cobria toda a cabeça (cf. Curtin, *Image of Africa...*, cit., p. 193). No caso de Clinton, e para além das ventosas, o médico teve mesmo de fazer várias incisões no paciente, o que explica o seu estado de desespero (Arsénio a Aberdeen, s. d., PRO FO 84/521).

receiving honors, notwithstanding which, though not ambitious, I am satisfied in having merited from the Throne the favour of being appointed Comendador em Cristo and Colonel of Milicia, wherefore I will always endeavour to be useful to the two Queens engaged in the difficult task of giving liberty to a vast number of captives on such a large extent of the earth's surface<sup>60</sup>.»

O facto de escrever a Aberdeen, invocando os seus títulos, as suas amizades, as suas relações — e de escrever a Howard de Walden (então embaixador em Lisboa) para o informar de que estava em contacto com o Foreign Office —, constituía uma manifestação típica da estratégia de aranha que todo o negreiro procurava pôr em prática. Como referia, acertadamente, um jornalista, «os negreiros de África dizem que têm altos padrinhos nas duas cortes e nos respectivos ministérios e qualquer condecoração que alcançam à sombra da obscuridade dos seus nomes, qualquer carta que se lhes escreva, ainda que de simples cumprimento, um bilhete de visita [...] a mais pequena demonstração de cortesia e urbanidade é aproveitada para inculcar poder e valimento»<sup>61</sup>. Efectivamente, Arsénio guardava religiosamente a correspondência trocada com personagens de vulto e em torno dela construía uma rede de subentendidos, mal-entendidos, supostas conivências, supostos apoios, que o promoviam socialmente, lhe facilitavam o negócio e viriam a ser ainda mais úteis quando, em 1845, sofreu a hostilidade do governo cabralista. Nessa ocasião Carpo fez a sua defesa pública com base na explanação dos vários oferecimentos que fizera ao Estado e na reprodução das cartas abonatórias de Aberdeen, dos comandantes dos navios de guerra ingleses, de Sá da Bandeira e de várias outras figuras prestigiadas<sup>62</sup>.

### PERSONA NON GRATA

Mas regressemos um pouco atrás para explicar que em Lisboa as reservas relativamente a Carpo tinham vindo a acentuar-se à medida que o seu carácter e actividades se iam tornando cada vez mais evidentes. O ministro da Marinha, Joaquim José Falcão, confessaria que inicialmente tivera boa impressão da personagem, mas depois fora-se apercebendo de que ele era, secretamente, um traficante de escravos, não obstante as suas declamações públicas contra o *iníquo comércio* e as atenções que concedia às autoridades e aos comandantes navais ingleses<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> Carpo a Aberdeen, s. d., e Aberdeen a Howard de Walden, 29 de Novembro de 1844, PRO FO 84/521 e 522, respectivamente.

<sup>61</sup> *A Revolução de Setembro*, 27 de Dezembro de 1853.

<sup>62</sup> Começou a sua defesa pública pela publicação de 6 das 54 cartas que dizia ter em sua posse (Carpo, *Ao tribunal...*, cit., p. 5).

<sup>63</sup> Confidências de Falcão a Howard de Walden, comunicadas por este a Aberdeen, 10 de Março de 1845, PRO FO 84/579.

A crescente reserva cabralista manifestava-se numa cada vez maior resistência às sucessivas pretensões de Arsénio. Ainda que tivesse disponibilizado bom dinheiro para obter um título de barão (da ilha de Luanda), o baronato tardava a chegar, tal como a comenda da Conceição, que solicitara em 1844<sup>64</sup>. Nesse mesmo ano requereu o lugar de cônsul português no Rio de Janeiro, o que Lisboa indeferiu por razões óbvias. Como o ministro da Marinha dizia ao seu homólogo dos Estrangeiros, «este indivíduo foi sempre reputado como contrabandista de escravos na província de Angola, e com esta qualidade será para rezear que, uma vez nomeado para o lugar que pede, se continue a dedicar ao contrabando de escravos, a favorecê-lo pelo modo que tiver ao seu alcance»<sup>65</sup>. Em 1844-1845, e certamente pela mesma razão, o governo recusaria várias propostas de Carpo e *Mirandinha* para a formação de companhias de mineração em Massangano e de colonização no Lobito e na Huíla<sup>66</sup>.

Aliás, desde 1844 que Falcão, convicto da verdadeira ocupação de Carpo, procurava vários pretextos e rodeios para o fazer sair da colónia<sup>67</sup>. Como dizia o comandante Ferreira do Amaral, «um ministro que quisesse mostrar ao mundo inteiro que queria acabar o tráfico da escravatura em Luanda, havia [de] começar por fazer sair dali a S<sup>a</sup> S<sup>a</sup>»<sup>68</sup>. Essa necessidade demonstrativa acentuou-se marcadamente a partir de meados de 1845 por razões de política internacional. Durante a década de 1840 a grande preocupação colonial de todos os governos portugueses foi a de enfileirar de forma inequívoca na política abolicionista britânica, procurando, em paralelo, sedimentar, na medida do possível, a soberania portuguesa em África. Havia, aliás, a muito clara percepção de que a defesa da soberania dependia do respeito escrupuloso pelos compromissos abolicionistas já assumidos. Para as elites políticas, representadas no governo e nas Cortes, o ataque ao tráfico passou a ser visto como uma necessidade impreterível, não apenas por razões de humanidade ou de interesse económico futuro, mas, principalmente, porque nisso estava empenhado o decoro português.

Ora, em 29 de Maio de 1845, a França e a Grã-Bretanha assinaram um tratado que visava assegurar a total supressão do comércio negreiro. Os dois

---

<sup>64</sup> [Castro], *Biografia...*, cit., pp. 17-18; «Memória sobre Angola», in *A Revolução de Setembro*, 1846.

<sup>65</sup> Falcão a Gomes de Castro (confidencial), 4 de Dezembro de 1844, ANTT, MNE, cx. 385.

<sup>66</sup> Esta última suscitara um parecer negativo da Associação Marítima e Colonial (cf. *Annaes Marítimos e Coloniais*, n.º 11, 1845, pp. 456-457); v. também «Memória sobre Angola», in *A Revolução de Setembro*, 1846.

<sup>67</sup> Carpo, *Exposição das circunstancias...*, cit., p. 5. Chegou-se a apelar ao seu amor pelo belo sexo, engodando-o com uma viagem a Lisboa para visitar as suas «amadas de outro tempo» (cf. *Resposta...*, cit., p. 51); de notar que Arsénio deixara a família no Brasil, tendo como companheira regular Antónia Josefa da Silva, uma costureira e negociante, natural de Luanda, que lhe deu vários filhos.

<sup>68</sup> Amaral, *Refutação às aleivozias...*, cit., p. 6.

países comprometiam-se a colocar nas costas de África uma força naval impressionante — 52 navios, no mínimo — e autorizavam-se reciprocamente a fazer convenções com os régulos e a empregar a força, recorrendo à ocupação territorial, se fosse caso disso. O tratado anglo-francês preocupou o governo de Lisboa, levando-o a reforçar o seu cruzeiro na costa de África. Essa preocupação assentava menos no medo de que do tratado pudesse resultar directamente uma apropriação de território colonial português do que do facto de ele poder pôr em cheque o brio e a dignidade nacionais. Em meados de 1845 Portugal via-se forçado a acelerar o ritmo repressor para não perder o ritmo dos parceiros. Enviava, por isso, mais navios, e ordens mais rigorosas, fazendo sentir às autoridades navais «quanto a honra nacional e o bem do país interessa em que cada vez mais redobrem seu zelo e esforços»<sup>69</sup>. E foi nesse contexto de defesa da honra nacional que se decidiu a demissão de Possolo (que viria depois a ser processado por conivente no tráfico) e que se redigiu uma portaria confidencial, ordenando ao novo governador de Angola que mandasse prender Carpo.

Os rumores de prisão cedo começaram a circular em Luanda e o visado tratou de pôr as suas relações em campo. Em 6 de Agosto de 1845 já Edmund Gabriel, o árbitro inglês da comissão mista, escrevia ao governador-geral (que ainda era Possolo), intercedendo por Carpo e aludindo à sua qualidade de «British employee [...] entrusted with the charge of the depôt of coals belonging to Her Britannic Majesty's Government in Luanda»<sup>70</sup>. Possolo, pelo seu lado, tratou imediatamente de assegurar forte protecção militar à residência de Carpo para precaver qualquer golpe de mão do pessoal da Armada. Em 3 de Setembro, sabendo-se que Possolo ia ser removido da governação, tanto Gabriel como Brandt (o cônsul inglês) escreveram uma carta privada a Pedro Alexandrino da Cunha (então apenas comandante da estação naval) intercedendo por Carpo e invocando as «great inconveniences» que a expulsão lhe acarretaria; uma vez que se tratava de um comerciante com negócios pendentes, solicitavam que lhe fosse concedida uma moratória de seis meses para pôr os seus negócios em ordem. Para justificarem uma iniciativa tão peculiar invocavam «a strong feeling of gratitude to Mr. Carpo» e falavam na apreciação que tanto Aberdeen como o almirantado tinham pela personagem; alegavam ainda que a brusca remoção do depositário do carvão acarretaria inconvenientes ao serviço e que havia assuntos financeiros de elevado montante em suas mãos (entre os quais vários que envolviam os comandantes ingleses)<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> Falcão a Gomes de Castro, 8 de Julho de 1845 (e documentos anexos), ANTT, MNE, cx. 386.

<sup>70</sup> Gabriel a Possolo, 6 de Agosto de 1845, ANTT, MNE, cx. 386. O comissário inglês foi mais longe e pôs Howard de Walden e Aberdeen ao corrente da situação (Gabriel a Aberdeen, 11 de Agosto de 1845, PRO FO 84/569).

<sup>71</sup> Gabriel e Brand a P. A. da Cunha, 3 de Setembro de 1845, ANTT, MNE, cx. 386.

Toda essa agitação se justificava plenamente: assim que tomou posse como novo governador, Pedro Alexandrino da Cunha ordenou a prisão de Carpo. Como o próprio Cunha diria, «foi este acto efectivamente o primeiro da minha administração, como convinha, por isso que havia indícios de o criminoso querer iludir as determinações de Sua Majestade, que parecia suspeitar». Mas o governador foi mais longe e tomou sobre si a responsabilidade de afastar o preso de Angola com a esperança de que esse afastamento fosse definitivo: «Confio que este perigoso, irrequieto e ambicioso homem nunca mais pisará solo da Província de Angola<sup>72</sup>.»

A prisão de Arsénio fundamentava-se numa série de acusações: desde logo, a de ser negreiro; depois, a de, como membro da Câmara Municipal, ter suprimido leis que tinha por obrigação fazer publicar, falsificando o livro de actas da Câmara de Luanda, para esconder o não cumprimento das ordens do governo; a de ter sonogado uma carta de prego em que se continham as vias de sucessão da província; a de *vender fumo*, ou seja, e como já se referiu, de fazer tráfico de despachos e de mercês a troco de dinheiro; e ainda a de desviar dinheiros do município (onde servia como vereador) e de diversas fraudes com a Junta da Fazenda<sup>73</sup>.

Para o acusado eram falsas acusações, motivadas, em primeiro lugar, pela vingança de um ex-sócio que, do Rio, subornara a administração cabralista, e, em segundo lugar, destinadas a remover de Luanda um adversário politicamente incómodo. Efectivamente, Arsénio e Eduardo Possolo (filho do ex-governador) representavam os setembristas e preparavam-se para organizar (e vencer) as eleições para deputados. Pressentindo-o, e sabendo que Arsénio tinha muita influência na Câmara Municipal — que organizava o acto eleitoral —, Pedro Alexandrino da Cunha afastara o empecilho, dissolvera a Câmara, encarregando-se ele mesmo dos trabalhos eleitorais. Desse modo, conseguira a eleição dos candidatos cabralistas, Falcão e Ferreira do Amaral, graças não só aos votos do pessoal da estação naval, como também da facção de negreiros de Garrido, à qual concedera, como paga dos seus bons serviços, a possibilidade de continuar a efectuar embarques de escravos (enquanto perseguia implacavelmente os rivais da facção Carpo/*Mirandinha*). Também Gabriel, que de certa forma era a sua caixa de ressonância britânica, afirmava que por detrás da detenção e remoção de Carpo estaria não apenas uma luta política, mas igualmente a disputa dos dois grupos negreiros que dominavam o tráfico em Angola: através da influência de um deles ter-se-ia obtido a eleição dos deputados cabralistas e a derrota dos setembristas. Em troca desse apoio político, o governador teria desencadeado uma acção polí-

<sup>72</sup> P. A. da Cunha a Falcão, reservado, 11 de Setembro de 1845, ANTT, MNE, cx. 386.

<sup>73</sup> *A Revolução de Setembro*, 10 de Março de 1841.

tica e naval intensa, mas selectiva, destinada a favorecer o clã aliado e a arruinar o bloco contrário<sup>74</sup>.

Transportado inicialmente para Cabo Verde, Arsénio seria removido seguidamente para Lisboa, onde vários interesses, forças e personalidades já se moviam a seu favor. Moviam-se aqueles que de um modo ou de outro tinham estado envolvidos no negócio negreiro e que temiam ver os seus nomes expostos na praça pública — e Carpo sempre deixou muito claro que, se fosse necessário, não hesitaria em fazê-lo: «Deus queira que as coisas não sejam levadas a ponto de se tornar necessário publicar tudo o que sobre semelhante assunto se oferece», pois, se assim fosse, apareceriam não apenas os seus «pecados», mas também os de «outros»<sup>75</sup>. Movia-se também a maçonaria e, nas Cortes, homens como José Maria Grande e Joaquim António de Aguiar viriam a tomar a liderança nos ataques à decisão governamental (e, implicitamente, na defesa de Carpo), apesar de o ministro da Marinha recordar que «o decoro da nação» estava «empenhado» no combate efectivo ao tráfico de escravos, de lembrar que, para perseguirem os traficantes, os comandantes dos navios de guerra sofriam enormes agruras na costa de África, agruras que muitas vezes lhes custavam a vida, e de asseverar que possuía documentação que mostrava estar o preso profundamente envolvido na exportação de escravos<sup>76</sup>. E moviam-se, mais do que todos, os setembristas. No final de 1845 a imprensa de esquerda (nomeadamente *O Patriota* e *A Revolução de Setembro*) começou a fazer uma defesa sistemática do prisioneiro, e o conde de Tomar chegou mesmo a confidenciar a Howard de Walden que o resultado do julgamento era muito incerto, atendendo aos esforços verdadeiramente extraordinários que o partido setembrista fazia, inclusive por intermédio de pessoas «of high station in society», para influenciar os juizes<sup>77</sup>. Aliás, também Aberdeen intercedeu a favor de Carpo, se bem que de forma não oficial.

Como reflexo de tantos desvelos e influências, o preso ficou instalado no Castelo de S. Jorge, num apartamento com magnífica vista, onde podia comunicar livremente com os amigos que o visitavam. E o governo refluíu na sua sanha persecutória, contentando-se em assegurar que Carpo não regressasse a Luanda<sup>78</sup>. E foi precisamente esse mínimo que os cabralistas

---

<sup>74</sup> Gabriel a Canning, 12 de Setembro de 1845, PRO FO84/569. A importância decisiva dos votos do pessoal da estação naval na escolha dos deputados era uma questão que vinha de trás e da qual já outros candidatos derrotados se haviam queixado (cf. Mário António Fernandes de Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Época de Reformas, 1834-1851*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981, p. 150).

<sup>75</sup> «Memória sobre Angola», in *A Revolução de Setembro*, 1846.

<sup>76</sup> DCD, 11 e 13 de Fevereiro de 1846, pp. 10 e 18 e segs., respectivamente. É praticamente certo que Carpo seria maçon, ainda que se desconheçam a data, o local e a loja de iniciação na seita (cf. Pacheco, *op. cit.*, p. 80).

<sup>77</sup> Howard de Walden a Aberdeen, 28 de Dezembro de 1845, PRO FO 84/579.

<sup>78</sup> Id. (comunicando informações que lhe haviam sido transmitidas por Tomar e Gomes de Castro).

conseguiram (e apenas temporariamente). De facto, a 20 de Março de 1846 o Supremo Tribunal de Justiça pronunciou-se pela ilegalidade da remoção de Carpo para Lisboa e mandou anular o processo; quanto à acusação de traficante, dois dos juizes julgaram-na nula por falta de apreensão material do objecto proibido e, como os outros se haviam já decidido pela incompetência do tribunal lisboeta para apreciar os factos, ficou a questão sem ser julgada<sup>79</sup>. Mais tarde o Conselho de Guerra consideraria não provada a acusação de desobedecimento às ordens da rainha<sup>80</sup>.

Arsénio saiu, pois, em liberdade, triunfante e brandindo ameaças, avisando que apenas conservaria o silêncio sobre o envolvimento de «outros» no *odioso comércio* desde que, de futuro, se não reacendessem as perseguições à sua pessoa tanto em Angola como na metrópole<sup>81</sup>. A chantagem era pública e, aparentemente, eficaz. Claro que nem todos se deixavam enganar com o branqueamento da situação. Se bem que tivesse sido forçado a interceder moderadamente por Carpo, em cumprimento das instruções recebidas de Londres, Howard de Walden não morria de amores pela personagem e não o escondia: «I believe myself that perfectly justifiable grounds did exist for proceeding against Sr. Carpo [...] I was not a dupe to his declarations against the Slave Trade<sup>82</sup>.»

Uma vez liberto, o negreiro pretendeu que lhe concedessem o governo de Angola, comprometendo-se a extinguir a exportação de escravos no prazo de um ano (e todo o comércio interno da escravatura no prazo de dez). Para fundamentar a sua pretensão fazia o elogio dos governadores anteriores a Alexandrino da Cunha, procurando mostrar que sob os seus governos, e graças ao decreto de 10 de Dezembro de 1836, o tráfico transatlântico fora eficazmente combatido, tendo decaído o número de escravos exportados; teria sido com o advento da cruzada naval de Alexandrino da Cunha que essa exportação retomara. Para agravar tudo um pouco mais, Cunha aumentara o número de vasos da estação naval, exaurindo o cofre da província. A solução estaria, portanto, em diminuir o número desses vasos de guerra, em fazer com que a estação naval voltasse à estrita dependência do governador e em entregar o governo ao próprio pretendente e por um período de dez anos<sup>83</sup>.

Arsénio tinha absoluta necessidade de regressar a Angola — e, se possível, numa posição de força —, algo que lhe estava vedado enquanto lá estivesse Alexandrino da Cunha. Em causa estava a restauração da sua prosperidade e do seu crédito comercial. É verdade que bazofiava sobre o valor

<sup>79</sup> *O Patriota*, 24 de Março de 1846.

<sup>80</sup> *BOGGPA*, 12 de Maio de 1849, p. 2.

<sup>81</sup> «Memória sobre Angola», in *A Revolução de Setembro*, 1846.

<sup>82</sup> Howard de Walden a Aberdeen, 24 de Junho de 1846, PRO FO 84/631.

<sup>83</sup> «Memória sobre Angola, in *A Revolução de Setembro*, 23 de Julho de 1846.

do que deixara em Luanda, sobre a casa, as fazendas, a aguardente, os grandes navios e as pequenas embarcações, sobre uma suposta fortuna de quase 700 contos que ficara a cargo de Francisco Barbosa Rodrigues<sup>84</sup>. Mas era pura ficção, que o dito Barbosa Rodrigues viria a desmentir, provando que as dívidas — e o próprio Rodrigues seria um dos credores — ultrapassavam largamente o dinheiro realizável<sup>85</sup>. De facto, a situação financeira de Arsénio era extremamente difícil. Pior do que isso: com o seu afastamento e a cruzada naval, a sua rede escravista desagregava-se. Muita da sua gente fora perseguida e expulsa da colónia e no Brasil o seu nome desacreditava-se. Aquele que fora o fluidificador do sistema em 1837 confrontava-se agora com a urgência de se assumir como restaurador do sistema.

Daí a sua pretensão ao governo de Angola, uma pretensão que ultrapassava tudo quanto já se vira em termos de desfaçatez — e que foi naturalmente recusada pelos sucessivos ministros da Marinha e Ultramar. Mas a pretensão continuou a aparecer, ainda que de forma distorcida, adaptada às condições do momento. Assim que a Patuleia estalou, Arsénio refugiou-se em Ponta Delgada. Segundo ele próprio narrava em carta a Sá da Bandeira, esteve «oculto» desde meados de Outubro de 1846 a bordo de alguns navios ingleses e em casa do barão de São Pedro; mas, como via «que não podia escapar à polícia do Fronteira», fretou um navio que o levou até à ilha de São Miguel em Fevereiro de 1847<sup>86</sup>. Da ilha, e para reganhar posições, Carpo voltava ao que tão bem sabia fazer: o oferecimento dos seus serviços, tentando aproveitar a infinidade de oportunidades que a guerra oferecia a um homem de expediente. Apareceu, assim, a propor-se para formar uma força expedicionária de 2000 homens destinada a invadir a ilha Terceira, ou a oferecer-se para adquirir e transportar milho para reabastecer as tropas do Algarve, ou ainda para ir a Cabo Verde, que então sofria as consequências da febre amarela e da fome<sup>87</sup>. Mas, por entre esses oferecimentos, assediava Sá da Bandeira com o projecto de regresso a Luanda: «Espero que V. Ex.<sup>a</sup> obtenha da Junta um destino à minha pessoa, visto que não posso ir a Luanda enquanto lá estiver o P. A. da Cunha. A respeito de Angola eu tenho um plano [...]; não sei se a Suprema Junta confia em mim, e se me supõe ou não capaz de altas

---

<sup>84</sup> Carpo, *Exposição...*, cit., p. 9; posteriormente, assumiria que também tinha deixado 450 escravos e fazendas sortidas no Ambriz, que, em conjunto, perfariam 70 contos (*BOGGPA*, 3 de Julho de 1852, p. 3).

<sup>85</sup> Cf. *A Revolução de Setembro*, 18 e 27 de Junho de 1846, e anexos em Howard de Walden a Aberdeen, 24 de Junho de 1846, PRO FO 84/631.

<sup>86</sup> Carpo a Sá da Bandeira, 29 de Fevereiro de 1847, Arquivo Histórico Militar, arquivo Sá da Bandeira, cx. 1, doc. 70. Para a situação política no Outono e Inverno de 1846-1847, v. Maria de Fátima Bonifácio, *História da Guerra Civil da Patuleia, 1846-1847*, Lisboa, Ed. Estampa, 1991.

<sup>87</sup> Carpo a André do Campo e resposta deste, 20 e 22 de Fevereiro de 1847, respectivamente; e Carpo a Sá da Bandeira, 29 de Fevereiro e 12 de Maio de 1847, Arquivo Histórico Militar, arquivo Sá da Bandeira, cx. 1, doc. 70.

empresas, por isso deixo de o comunicar agora, e apenas digo que uma vez eu investido com poderes da Suprema Junta, fretava um navio e em 60 dias depois da minha saída da Europa para África, a cidade de Luanda reconheceria a Junta Suprema e o Pedro A. da Cunha não teria pólvora para disparar um tiro, nem tempo para passar além do caminho que o levasse a bordo de um vaso que o trouxesse dali para fora. E a Estação Naval, dirá V. Ex.<sup>a</sup>? Porém, eu para não ser mais longo digo que pela execução do plano com bom resultado empenho a minha cabeça, e em 6 meses mandaria eu dali para a Suprema Junta 100 000\$000 do cofre, sem que os tratados ali fossem desprezados. Disponha V. Ex.<sup>a</sup> a Suprema Junta dos bons desejos que me inflamam, e creiam que eu sou capaz de grandes coisas, se estas me forem cometidas [...] Indaguem do que sempre fiz em África, indaguem dos ingleses, e aproveitem a gana com que desejo deitar-me ao malvado Falcão e sua súcia<sup>88</sup>.»

Terminada a guerra, e com o regresso do Costa Cabral ao poder, Carpo preferiu deixar os Açores e retirar-se para Londres, donde voltava a escrever a Sá da Bandeira, exercitando uma vez mais o seu habitual jogo de influências: «Se precisar alguma coisa, aqui estou eu que, com a protecção do meu amigo Silvano F. L. Pereira, negociante acreditado, farei o que puder; este senhor habita este país há 24 anos e é muito querido dos seus colegas do comércio, e nesta data se empenha para Lisboa a fim de obter o consulado geral em Londres, visto que o Van Zeller fez bancarrota, e eu peço ao meu patrício Jervis de Atouguia se empenhe por este patrício, e atrevo-me a contar com a influência de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para o mesmo fim, e desde já beijo as mãos de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup><sup>89</sup>.» E, de Londres, o projecto de Angola continuava a manifestar-se, agora sob a forma de uma projectada Companhia Africana Ocidental Portuguesa que deveria ter sede na cidade de Luanda e cujo objectivo expresso era a construção de uma serração a vapor nas margens do Cuanza e de um caminho de ferro entre Luanda e o Calumbo<sup>90</sup>.

## ANOS DE RUÍNA E DE RECONVERSÃO

Mas Carpo só conseguiria regressar a Angola depois de Pedro Alexandrino da Cunha, terminado o seu mandato como governador, ter sido substituído por

---

<sup>88</sup> Carpo a Sá da Bandeira, 29 de Fevereiro de 1847, Arquivo Histórico Militar, arquivo Sá da Bandeira, cx. 1, doc. 70.

<sup>89</sup> Carpo a Sá, 28 de Março de 1848, Arquivo Histórico Militar, arquivo Sá da Bandeira, cx. 1, doc. 70.

<sup>90</sup> Arsenio Pompilio Pompeu de Carpo, *Projecto d'uma Companhia para o melhoramento do commercio, agricultura e industria na Provincia de Angola, que se deve estabelecer na cidade de S. Paulo d'Assumpção de Loanda...*, Lisboa, 1848. Os proponentes da Companhia eram, para além de Carpo, o referido Silvano Pereira, Eduardo Possolo e Schut (cônsul português em Hamburgo), tudo gente mais ou menos ligada ao tráfico.

Adrião da Silveira Pinto em Agosto de 1848. Chegado a Luanda em Março de 1849, dedicou-se durante algumas semanas a tentar reatar os fios do seu negócio. Para tanto, retomou a sua carreira de benemerência e insinuação junto do palácio governamental, oferecendo uma tipografia ao novo governador<sup>91</sup>, e tornou público que se reconciliava com Francisco Barbosa Rodrigues (a quem continuava a deixar a gestão da sua casa e dos seus negócios)<sup>92</sup>.

Depois, partiu rapidamente para o Brasil, onde possuía o restante da sua «arruinada fortuna», com o intuito de «liquidar avultadas contas», isto é, com o objectivo de também aí reparar as coisas<sup>93</sup>. Mas, chegado ao Rio de Janeiro no final de Junho de 1849, foi preso e intimado a abandonar o império. Durante semanas Carpo — que permaneceu detido enquanto aguardava extradição — desdobrou-se em contactos, petições e requerimentos para o encarregado de negócios português no Rio, para as Cortes em Lisboa, para o chefe da polícia no Rio; invocou o abalo que a prisão trazia à sua reputação, os prejuízos que a mesma acarretava aos negócios que não poderia concluir; autoproclamou-se «negociante de grosso trato e abastado», negociante que, pela escala, pertencia «a todo o mundo», e não apenas a Angola; requereu que lhe concedessem uns míseros 30 dias para orientar os seus assuntos. Mas tudo isso foi inútil: os seus pedidos não tiveram eco e seria extraditado em Setembro de 1849<sup>94</sup>.

As razões da extradição nunca ficaram inteiramente claras. Alguns acusavam-no de ser passador de notas falsas<sup>95</sup>; outros aludiam à existência de vários processos pendentes em que surgiam como queixosos antigos sócios que o madeirense teria enganado — aliás, era por essa razão que em 1846 a *Biografia* tinha prognosticado, erradamente, que Carpo nunca se atreveria a pôr pé no Brasil<sup>96</sup>. Mas é igualmente possível que a sua extradição estivesse de algum modo relacionada com o início da repressão brasileira sobre o tráfico. O grande ataque do governo do Rio aos negreiros surgiria em 1850, na sequência da acção inglesa e da publicação da lei de Eusébio Queirós. Foi então que muitos traficantes portugueses foram expulsos do Brasil e que o tráfico estancou. No entanto, já em 1849 Eusébio de Queirós convocara os negreiros à polícia para os informar muito formalmente de que iriam ser tomadas medidas sérias para reprimir o tráfico e dando-lhes um prazo de seis meses para retirarem os seus fundos<sup>97</sup>.

---

<sup>91</sup> Carpo a Silveira Pinto, 8 de Maio de 1849, in BOGGPA, 12 de Maio de 1849, p. 2.

<sup>92</sup> Declaração de Arsénio de Carpo datada de 6 de Maio de 1849 e publicada *ibid.*, 26 de Maio de 1849, p. 4.

<sup>93</sup> *A Revolução de Setembro*, 10 de Outubro de 1849.

<sup>94</sup> V. documentos *ibid.*, 18 de Janeiro de 1850.

<sup>95</sup> *Ibid.*, 1 e 10 de Outubro de 1849.

<sup>96</sup> [Castro], *Biografia...*, cit., p. 13.

<sup>97</sup> Ferreira, *op. cit.*, p. 228.

Desacreditado, Arsénio regressou a Luanda em Novembro de 1849, trazendo consigo a família e a amargura da falência<sup>98</sup>. Não apenas a da sua falência pessoal, mas a de todo um modo de vida. Efectivamente, a sua terá sido apenas uma de várias quebras que envolveram traficantes de escravos angolanos, como Barbosa Rodrigues, Augusto Garrido ou Manuel Alves de Brito. Para todos eles a ruína tinha sido precipitada pela cruzada naval de Pedro Alexandrino e pelo fecho dos mercados brasileiros, mas, de toda a maneira, esse sempre fora um horizonte provável. Ainda que tal não seja possível de provar estatisticamente, parece certo que uma grande parte dos grandes traficantes faliu no decurso das suas carreiras. Como dizia Ewbank, «the great slave-merchants do not flourish long, and never prosper to the last»<sup>99</sup>.

Em Angola, Carpo procurou escapar à inevitável penhora decorrente da sua situação de insolvência, transferindo os bens que ainda lhe restavam para nome de outrem. No final de 1851, e uma vez que deixara de respeitar os seus compromissos, o negociante de Luanda António Lopes da Silva apresentara queixa contra ele por falência culposa e fraudulenta, levantamento de fazendas alheias, escrituras simuladas, burla e estelionato<sup>100</sup>. Constituído réu, viria a ser julgado em Luanda e condenado a dez anos de degredo na ilha de São Tomé e à perda de todas as graduações, patentes, honras e títulos honoríficos<sup>101</sup>. Como habitualmente, Arsénio viu nessa condenação uma conjura, uma vingança motivada por razões políticas<sup>102</sup>. Naturalmente, apelou para Lisboa e no final de 1852, aos 60 anos de idade, reentrou uma vez mais na prisão do Castelo de S. Jorge. Também como habitualmente acontecia, a pendência foi rapidamente anulada por motivos processuais e em Junho de 1853, logo após ter sido conhecido o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, Atouguia providenciou para que o seu «patrício» fosse imediatamente libertado<sup>103</sup>.

Regressado a Luanda, Arsénio tratou de reabilitar o seu nome, fazendo publicar os acórdãos purificadores no *Boletim* de Angola<sup>104</sup>. Apesar da decadência do tráfico em consequência do fechamento dos mercados importadores brasileiros, não é de excluir que ainda tenha tentado restaurar a sua

---

<sup>98</sup> A afirmação de Isabel Castro Henriques (*Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, IICT, 1997, p. 526) de que Carpo teria alcançado «o seu poder máximo em 1850» resulta de um pequeno lapso. A autora extraiu essa informação de Tams, mas terá confundido datas. Efectivamente, o texto de Tams foi publicado em Portugal em 1850 (já antes se publicara em Londres em 1845), mas reporta-se a acontecimentos do ano de 1841, altura em que o autor visitou Angola e Carpo estava, então sim, no auge do seu poder.

<sup>99</sup> Thomas Ewbank, *Life in Brazil, or a Journal of a Visit to the Land of the Cocoa and the Palm*, Nova Iorque, 1856, p. 127; v. também Eltis, *Economic Growth...*, cit., pp. 161-162.

<sup>100</sup> *BOGGPA*, 6 de Dezembro de 1851, p. 4.

<sup>101</sup> *Ibid.*, 3 de Julho de 1852, p. 8.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>103</sup> Atouguia ao barão da Luz, 9 de Junho de 1853, Arquivo Histórico Militar, cx. 930.

<sup>104</sup> *BOGGPA*, 5 de Novembro de 1853, pp. 4-5.

fortuna por via do *iníquo comércio* e das ligações que mantinha com o novo governador, visconde do Pinheiro<sup>105</sup>. De toda a forma, em 1853-1854 a sua actividade começou a redimensionar-se e a orientar-se no sentido do comércio lícito, procurando ajustar-se aos novos rumos da economia angolana.

No final de 1853 obteve a nomeação como governador do presídio de Ambaca, então o extremo leste da colónia portuguesa. Essa nomeação, em contravenção de várias portarias, provocou alguma celeuma e interpelações nas Cortes, onde alguns parlamentares se manifestaram chocados pelo facto de se entregar a direcção de distritos onde podia fazer-se facilmente o comércio negreiro a um homem reputadamente ligado ao tráfico como Carpo era<sup>106</sup>. A contestação pode ter contribuído para encurtar a sua permanência em Ambaca. De toda a forma, ainda governava o local quando Livingstone por lá passou a caminho de Luanda em Maio de 1854<sup>107</sup>.

Outra alternativa económica ao *infame comércio* residia na exploração mineral. A década de 1850 foi a época da corrida às minas. Impulsionado pelo *boom* mineiro da Califórnia e da Austrália, também em Portugal se desenvolveu um apetite pelas riquezas do subsolo, tanto na metrópole como nas colónias. Em 1850 o governo criou uma comissão de minas, com sede em Lisboa (e subordinada ao Ministério do Reino), que tutelava os processos de concessão, dava pareceres e propunha medidas para melhoria da indústria mineral. Carpo foi um dos muitos que requereram concessões no território de Angola, obtendo em 1856 e 1857 a exploração de uma mina de cobre no distrito de Golungo-Alto e de uma mina de prata no presídio do Duque de Bragança, mas nunca extraiu daí os benefícios sonhados<sup>108</sup>.

A situação em que se encontrava devia ser então bastante precária, como indicia o facto de em 1856 ter requerido da Coroa o provimento «em qualquer emprego civil»<sup>109</sup>. Nesse aperto ter-lhe-á valido uma antiga relação de natureza familiar e comercial com os Oliveira Machado e em Maio de 1857 tornou-se administrador, procurador, agente ou caixeiro, em Luanda, de uma casa

---

<sup>105</sup> Pinheiro era um homem sobre o qual impendiam suspeitas de conluio com os negreiros e que chegou mesmo a expedir um carregamento de escravos para o Brasil (v. Karash, *op. cit.*, p. 22, e, para os casos dos brigues *Guerra* e *Trajano*, cf. Marques, *op. cit.*, cap. 5).

<sup>106</sup> DCD, sessão de 29 de Março de 1854, p. 418 (intervencões de Simão José da Luz), e Câmara dos Pares, sessão 8 de Abril de 1854, in *DG*, 26 de Abril de 1854 (discurso do marquês de Valada).

<sup>107</sup> Encantado por encontrar em Ambaca alguém «who spoke a little English», o missionário deixaria de Carpo a recordação de um homem generoso e hospitaleiro, como, aliás, era típico dos portugueses que encontrara nas suas deambulações africanas (cf. David Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa; including a Sketch of Sixteen Year's Residence in the Interior of Africa, and a Journey from the Cape of Good Hope to Loanda on the West Coast; thence across the Continent Down the River Zambezi to the Eastern Ocean*, Londres, 1857, pp. 382-383).

<sup>108</sup> BOGGPA, 11 de Julho de 1857, pp. 6-7.

<sup>109</sup> Cit. in Henriques, *op. cit.*, p. 526.

que José Joaquim de Oliveira Machado geria na Rua do Crucifixo, em Lisboa, e que se dedicava ao giro de comércio entre Portugal, Açores, Brasil e África ocidental, encarregando-se do fornecimento de todo o género de encomendas, da venda ou liquidação de quaisquer objectos e também de solicitar e agenciar o andamento dos negócios nas secretarias de Estado ou nos tribunais dos Açores e da capital. No estabelecimento que passou a gerir em Luanda, Arsénio vendia botinas de cetim, grinaldas, vestidos, enfeites de cabeça, gravatas, luvas de homem e de senhora, chapéus, lenços, carteiras, cintos, lunetas e tudo quanto se precisava para uma *toilette* bem apessoada. Quando o referido Machado constituiu a firma Oliveira Machado & Irmãos, Arsénio manteve-se como representante da nova casa, da qual recebia um módico ordenado de 300\$000 réis ao ano. No final de 1865, a sociedade desfez-se, mas José Joaquim de Oliveira Machado prosseguiu a sua actividade em Lisboa e Luanda, conservando Arsénio como seu agente na cidade africana<sup>110</sup>.

Haviam terminado os sonhos de grandeza. Carpo era agora um comerciante modesto, chamado a dar o seu contributo no igualmente modesto desenvolvimento colonial. Assim, em Abril de 1857 integrava (juntamente com outros ex-negreiros, como o seu antigo rival Augusto Garrido) uma comissão nomeada pelo então governador Coelho do Amaral para elaborar uma proposta destinada à construção de uma estrada até ao Golungo-Alto; a comissão propunha a formação de uma companhia para a construção da estrada e exploração do serviço de transportes, e, como era seu timbre, Carpo era um dos seus mais activos membros, desdobrando-se em iniciativas e planos para angariar capitais e formar o empreendimento<sup>111</sup>. Em meados de 1861, preparando-se a Exposição Universal dos Produtos da Indústria e das Artes, em Londres, o ex-negreiro foi também nomeado para fazer parte de uma comissão de onze membros que organizaria a representação de Angola à referida exposição e à qual incumbia dirigir os trabalhos de recolha de produtos, acondicionamento e expedição dos mesmos<sup>112</sup>.

A par dessas actividades comerciais e organizativas, mantinha a sua fisionomia de benemérito local: em 1858, juntamente com outros comerciantes da praça de Luanda, promoveu uma subscrição para acudir aos lisboetas que ficaram desvalidos em consequência da epidemia de febre amarela e foi louvado em consequência<sup>113</sup>. Oito anos depois fez parte de uma comissão

---

<sup>110</sup> *BOGGPA*, 11 de Setembro de 1858, 19 de Novembro de 1859 e 20 de Janeiro de 1866, pp. 12, 5-6 e 16, respectivamente. Os dois irmãos Oliveira Machado eram sobrinhos de Arsénio e um deles, Luis António, fora seu feitor e sócio negreiro nos portos do Norte e casara com uma filha sua.

<sup>111</sup> *Ibid.*, 9, 23 e 30 de Maio de 1857, pp. 6-8, 8-10 e 4-6, respectivamente, e 6 e 13 de Junho de 1857, pp. 9-10 (em ambos os casos).

<sup>112</sup> *Ibid.*, 29 de Junho de 1861, p. 2.

<sup>113</sup> *DG*, 29 de Junho de 1858.

destinada a angariar fundos para acorrer ao Acolhimento Pio D. Pedro V, uma instituição destinada ao socorro de órfãs<sup>114</sup>. E, como sempre acontecera, continuava a afirmar-se como um farol da cultura local. Homem viajado, que ao longo da vida contactara com alguns grandes do mundo, Carpo notabilizava-se particularmente pela sua veia poética, tendo chegado a escrever uma elegia à mui chorada rainha D. Estefânia, elegia que ele próprio recitou nas reais exéquias na Sé de Luanda<sup>115</sup>.

Nos últimos anos da sua vida, já septuagenário, investiria fortemente no comércio com o interior de Angola, animando as caravanas que carregavam para leste as fazendas, a pólvora, as missangas, e traziam no retorno o marfim, a cera e a borracha produzidas pelos africanos. Em meados da década de 1860, pouco antes de morrer, o próprio Carpo terá chefiado caravanas de centenas de carregadores que, partindo de Malanje, se internavam no sertão, abrindo caminho aos novos tempos da relação *inocente* com África<sup>116</sup>. Curiosamente, por essa altura, com o fim da guerra civil norte-americana e o encerramento dos mercados cubanos, extinguia-se de vez o tráfico transatlântico de escravos, o que de certa forma simbolizava todo um percurso de vida. Curiosamente também, pouco tempo depois, faleceu igualmente Francisco António Flores, o homem que dominara o tráfico em Angola após a queda de Arsénio. Como dizia o obituário do *Boletim de Angola*, «com pequeno intervalo, foram cobertos pela terra dos sertões de África, despidos de riquezas, dois homens que nesta cidade [de Luanda] e na Europa viveram com fausto e opulência [...] Assim o havia destinado Deus<sup>117</sup>!» Tal como Flores, Arsénio fora um homem a cavalo entre dois mundos que, à sua maneira, ajudara a criar. Participara nos últimos anos do *odioso comércio*, lucrando e perdendo, subindo e caindo com ele; participara também na esperada reconversão da África nos primeiros momentos da abertura do continente negro aos sonhos dos filantropistas e quiméricos.

---

<sup>114</sup> BOGGPA, 14 de Julho de 1866, p. 258.

<sup>115</sup> *Ibid.*, 10 de Setembro de 1859, pp. 1-2; v. igualmente o seu poema autobiográfico «Dedo de Pygmeu».

<sup>116</sup> Cf. Henriques, *op. cit.*, pp. 528 e segs.

<sup>117</sup> BOGGPA, 29 de Janeiro de 1870, p. 57